

Maurílio quer poder absoluto

LEDA FLORA

O deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) não pretende, ao delegar à Assembléia Nacional Constituinte a competência para elaborar e promulgar resoluções constituintes, reformar a Carta de 67, por entender que o compromisso dos constituintes é com o futuro texto. O que ele quer é explicitar o poder político supremo da Assembléia, sem contudo exercê-lo.

Ele observa que sua tentativa, que tanto assusta a burocracia civil e militar, curiosamente ampliaria os poderes da elite brasileira, representada majoritariamente na Assembléia por banqueiros, industriais, agricultores, grandes comerciantes e profissionais liberais bem-sucedidos. Um grupo anti-revolucionário gigantesco diante da representação constituinte proletária.

De uma família do agreste pernambucano muito ligada à política, o deputado Maurílio Ferreira Lima, 46 anos, exercia seu primeiro mandato em 68 quando foi o quinto da lista de cassados. Passou dez anos na Argélia, onde foi assessor econômico do Ministério da Planificação. Retornou à Câmara como primeiro suplente do PMDB pernambucano quando o deputado Fernando Lyra assumiu o Ministério da Justiça no início da Nova República. Acabou efetivado quando o deputado Jarbas Vasconcelos conquistou a Prefeitura de Recife e,

no ano passado, renovou seu mandato.

Apontado como um incendiário na discussão da soberania da Assembléia, o deputado nega o rótulo e mostra sua própria coerência. Desde o momento em que o Congresso passado examinou a emenda convocatória, defendeu a tese da exclusividade do trabalho constituinte. Isso porque, na sua opinião, houve uma ruptura do regime passado, ainda que de forma negociada, a ponto de ter sido conservado o arcabouço jurídico da ordem militar.

Maurílio Ferreira Lima acredita que o presidente Tancredo Neves fez um acordo secreto com militares em torno da convocação de um congresso constitucional, pois estes consideraram, desde os primeiros momentos da discussão, como subversiva a soberania da Assembléia. Por isso, o presidente José Sarney teria adotado a mesma linha ao convocar a Assembléia através de proposta de emenda constitucional.

As vaías e a indiferença popular que cercaram a instalação dos trabalhos, para o parlamentar, foram pela ausência de soberania da Assembléia, "que mais se parece com uma comissão Afonso Arinos ampliada, mas com brilho menor, pois representa o povo". E como a futura Carta deve olhar a maioria da população e tentar resolver seus problemas, o deputado só vê uma saída: a soberania absoluta.